



Flores



ecorODOVIAS

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2023**

www.ecorodovias.com.br





ecorodovias
**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA
 E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**
 CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948
www.ecorodovias.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
ATIVO						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.153	5.751	3.524.241	1.379.459	Fornecedores	33	500	729	457.500	270.251
Aplicações financeiras	6	14.556	224	797.259	48.035	Risco sacado	15	-	-	-	11.523
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	100.814	71.256	Empréstimos e financiamentos	16	419.015	43.132	3.512.589	2.091.793
Clientes	8	-	-	480.695	325.537	Debêntures	17	681	-	70.855	51.252
Dividendos a receber	11.c)	176.735	273.556	-	-	Passivo de arrendamento	18	6	-	108.847	96.857
Tributos a recuperar	8	571	5.212	102.755	96.401	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	104	486	100.400	75.056
Despesas antecipadas	18	933	748	16.853	26.175	Obrigações sociais e trabalhistas	14.c)	13.557	7.251	138.850	106.968
Partes relacionadas	18	-	416	5	334	Partes relacionadas	19	-	-	95.295	94.792
Outros créditos - venda participação	9.a)	19.531	17.276	20.031	17.276	Obrigações com poder concedente	20	-	-	46.558	18.971
Outros créditos	11	2.278	2.656	142.994	101.929	Provisão para imposto de renda e contribuição social	24.d)	135.283	58.352	137.813	58.352
Total do ativo circulante		<u>258.757</u>	<u>305.839</u>	<u>5.185.647</u>	<u>2.066.402</u>	Provisão para manutenção	22.a)	2.566	3.011	13.692	6.866
						Provisão para construção de obras	22.e)	15.148	15.450	37.865	38.281
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	137.952	113.728	Acordo de leniência	24.a)	2.054.305	2.054.305	2.054.305	2.054.305
Tributos diferidos	14.a)	-	-	364.996	355.223	Reserva de lucros - legal	24.b)	41.041	12.563	41.041	12.563
Depósitos judiciais	10	5	85	175.980	165.963	Reserva de capital - plano de opção com base em ações		56.936	56.936	56.936	56.936
Despesas antecipadas		-	-	19	-	Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores		14.219	14.219	14.219	14.219
Outros créditos - venda participação	9.a)	3.255	20.156	3.255	20.156	Reserva orçamento de capital	24.c)	580.872	175.058	580.872	175.058
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	9.a)	-	-	1.313.765	1.125.566	Ações em tesouraria		(9.387)	(9.387)	(9.387)	(9.387)
Outros créditos	11	11.695	11.703	48.835	14.961	Atribuído à participação dos acionistas controladores	24.e)	2.737.986	2.303.694	2.737.986	2.303.694
Tributos a recuperar		-	-	-	15.857	Participação acionistas não controladores no patrimônio das controladas		-	-	248.274	214.986
Ativo sujeito à indenização	9.b)	-	-	313.585	304.578	Total do patrimônio líquido		<u>2.737.986</u>	<u>2.303.694</u>	<u>2.986.260</u>	<u>2.518.680</u>
Investimentos:						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Em controladas e coligadas	11.a)	3.644.020	3.084.504	-	-			<u>3.923.721</u>	<u>3.429.499</u>	<u>25.959.901</u>	<u>18.108.909</u>
Agio	11.b)	1.155	1.669	-	-	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Imobilizado	12	3.892	5.151	436.161	391.636						
Intangível	13	942	392	17.979.706	13.534.839						
Total do ativo não circulante		<u>3.664.964</u>	<u>3.123.660</u>	<u>20.774.254</u>	<u>16.042.507</u>						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido/diluído por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	8.845.179	6.061.329
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(5.590.491)	(4.134.658)
LUCRO BRUTO				3.254.688	1.926.671
Recargas (despesas) administrativas	26	(41.920)	(32.358)	(307.789)	(310.954)
Resultado de equivalência patrimonial	11.a)	750.120	477.284	-	-
Amortização do ágio sobre investimento	11.b)	(514)	(514)	-	-
Impairment de ativos	13.b.e)	-	(37.744)	(161.147)	(81.012)
Acordo de leniência	22.a)	-	-	(10.124)	-
Outras receitas (despesas), líquidas		885	946	7.015	7.678
LUCRO OPERACIONAL		<u>708.571</u>	<u>407.614</u>	<u>2.782.643</u>	<u>1.542.383</u>
Recargas administrativas	27	5.178	7.989	382.396	347.062
Despesas financeiras	27	(144.185)	(162.566)	(1.884.308)	(1.379.154)
Recargas (despesas) financeiras, líquidas		(139.007)	(154.577)	(1.501.912)	(1.032.092)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>569.564</u>	<u>253.037</u>	<u>1.280.731</u>	<u>510.291</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	(684.099)	(268.890)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		<u>569.564</u>	<u>253.037</u>	<u>596.632</u>	<u>241.401</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	32	-	(7.342)	-	(7.342)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>569.564</u>	<u>245.695</u>	<u>596.632</u>	<u>234.059</u>
ATRIBUÍVEL A:					
Participação dos acionistas controladores		569.564	245.695	569.564	245.695
Participação dos acionistas não controladores		-	-	27.068	(11.636)
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS					
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,81878	0,35320	0,81878	0,35320
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,81878	0,35320	0,81878	0,35320
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,81878	0,36376	0,81878	0,36376
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,81878	0,36376	0,81878	0,36376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	569.564	253.037	596.632	241.401
Prejuízo das operações descontinuadas	-	(7.342)	-	(7.342)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	1.982	1.446	798.114	581.212
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	673	492	30.561	30.143
Capitalização de juros	-	-	(280.585)	(252.577)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	141.662	157.277	1.833.550	1.352.672
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2	8	119.078	97.095
Provisão e atualização da provisão para manutenção	-	-	134.926	142.425
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	(420)	1.585
Obrigações e variação monetária com poder concedente	-	-	278.306	257.456
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(2)	(3)	(9.551)	(13.563)
Tributos diferidos	-	-	55.936	(62.666)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	628.163	331.556
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-	-	(21.221)	(54.424)
Atualização monetária aquisição/venda participação	(3.705)	(2.318)	(2.425)	732
Resultado de equivalência patrimonial	(750.120)	(477.284)	-	-
Amortização de ágio	514	514	-	-
Provisão e atual. mon. acordo leniência/ex-executivos colaboradores/não persecução cível-ANPC	1.984	4.611	26.176	8.400
Atualização monetária, AVP e amortização do Ativo sujeito a indenização	-	-	(9.007)	(75.909)
Impairment de ativos	-	37.744	161.147	81.012
Atualização monetária e provisão outras contas a pagar	-	-	15.676	-
Provisão direito reequilíbrio Ecosul	-	-	(51.436)	(78.582)
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(154.738)	(122.925)
Partes relacionadas - clientes	416	(82)	329	30
Tributos a recuperar	4.641	(69)	9.503	(33.719)
Despesas antecipadas	(185)	(108)	9.305	(5.538)
Depósitos judiciais	82	9	(466)	53.883
Outros créditos	386	(228)	(74.941)	(32.044)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores e Risco sacado	(229)	(34)	175.726	60.973
Obrigações sociais e trabalhistas	6.306	2.955	31.882	19.651
Partes relacionadas - fornecedores	6	-	11.990	60.777
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(382)	105	25.344	21.407
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	(1)	-	(37.180)	(105.175)
Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-	-	(132.046)	(120.637)
Pagamento de obrigações com poder concedente	-	-	(143.245)	(100.256)
Outras contas a pagar	754	4.676	90.553	29.538
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(515.529)	(304.247)
Pagamento acordo de leniência / ex-executivos colaboradores / não persecução cível - ANPC	(23.162)	(38.317)	(49.103)	(115.515)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(48.814)	(62.911)	3.551.004	1.885.829
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(131)	(1.227)	(219.540)	(169.418)
Aquisição de intangível	(15)	(126)	(4.834.721)	(2.516.242)
Aplicações financeiras	(14.332)	159	(749.224)	52.506
Aplicações financeiras - conta reserva	-	-	(32.561)	12.272
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	273.541	449.499	-	-
Investimento em controladas - aportes de capital	(2.116)	(7.817)	-	-
Investimento em controladas - redução de capital	16.000	13.500	-	-
Investimento em controladas - venda de participação	-	16.795	-	-
Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	18.351	16.201	18.351	16.201
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	291.298	486.984	(5.817.695)	(2.604.681)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	(58.351)	(5.277)	(58.351)	(5.277)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(960)	(1.110.420)	(1.768.946)	(2.858.509)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(144.771)	(259.382)	(1.675.163)	(1.337.693)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	945.829	8.021.698	4.321.673
Pagamento de obrigações com poder concedente	-	-	(103.366)	(96.837)
Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-	-	(13.149)	(12.210)
Aporte de capital não controladores	-	-	8.750	16.893
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(204.082)	(429.250)	4.411.473	28.040
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>38.402</u>	<u>(5.177)</u>	<u>2.144.782</u>	<u>(690.812)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.751	10.928	1.379.459	2.070.271
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>44.153</u>	<u>5.751</u>	<u>3.524.241</u>	<u>1.379.459</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>38.402</u>	<u>(5.177)</u>	<u>2.144.782</u>	<u>(690.812)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia				Participação dos acionistas não controladores				
		Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
EM 1º DE JANEIRO DE 2022		2.054.305	61.768	278	-	3.958	-	2.120.309	209.729	2.330.038
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	16.893	16.893
Dividendos pagos		-	-	-	-	(3.958)	-	(3.958)	-	(3.958)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	245.695	(11.636)	234.059
Destinação do Lucro:										
Reserva Legal	24.d)	-	-	12.285	-	-	(12.285)	-	-	-
Reserva de orçamento de capital	24.d)	-	-	-	175.058	-	(175.058)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,08 por ação)	24.d)	-	-	-	-	-	(58.352)	-	-	(58.352)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.054.305</u>	<u>61.768</u>	<u>12.563</u>	<u>175.058</u>					



ecorodovias

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

www.ecorodovias.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do exercício nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(7.553)	(5.968)
Valores recuperados	3.514	2.637
Valores baixados	354	-
Constituição de PECLD	(3.448)	(4.222)
Saldo no fim do exercício	(7.133)	(7.553)

9. OUTROS CRÉDITOS - CONSOLIDADO

a) Outros Créditos poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Ecovias do Araguaia (a)	1.301.050	1.123.688
EcoRioMinas (b)	7.999	1.878
EcoNordeste (c)	4.716	-
	<u>1.313.765</u>	<u>1.125.566</u>

a) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANIT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Controlada. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" e de IRRF e IOF (R\$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. b) Referência à cláusula 12.2 do contrato de concessão - 4% de retenção sobre a receita bruta auferida para ser utilizada eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais. c) Conforme cláusula 34 e apêndice D do Contrato de Concessão da controlada, 8,5% da Receita Tarifária depositada na Conta Bancária Centralizadora deve ser transferido à título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% do valor deverá ser transferido à "Conta DUF", o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% do valor deverá ser transferido a "Conta Inadimplência", o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Frequente - DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema Free Flow. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e a sustentabilidade da concessão.

b) Ativo sujeito a indenização

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo financeiro	313.585	304.578
Residual Ativo Imobilizado	19	21.792
	<u>313.604</u>	<u>326.370</u>

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da controlada Ecoporto Santos, em que a Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêneres e outros ativos, a controlada reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/ST/NS/EA/EMF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308. Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R\$234.056, sendo que o valor residual de R\$99.778 estava demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado", assim foi constituído um ativo financeiro de R\$134.278 (R\$129.152 líquido de PIS/COFINS). Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$313.604 (sendo R\$19 o valor residual demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado" e R\$313.585 no ativo financeiro em virtude da utilização dos referidos investimentos nas operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o valor amortizado foi de R\$6.944.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Natureza:				
Cível	-	70	20.305	14.037
Tributário	-	-	5.597	4.062
Trabalhista	5	15	13.329	18.838
Desapropriações	-	-	27.316	25.648
THC2 - Terminal Handling Charge	-	-	95.339	89.760
Órgão Regulador (a)	-	-	14.094	13.618
	<u>5</u>	<u>85</u>	<u>175.980</u>	<u>165.963</u>

(a) Tratam-se de depósitos em garantia das controladas Ecovias e Ecopistas, realizados em ações anulatórias movidas em face da Artep e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. As controladas entendem que as multas não são devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 23 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	85	91	165.963	206.283
Adições	5	-	9.944	30.365
Baixas	(87)	(9)	(9.478)	(84.248)
Atualização monetária	2	3	9.551	13.563
Saldo no fim do exercício	<u>5</u>	<u>85</u>	<u>175.980</u>	<u>165.963</u>

11. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido								
Ecovias Concessões e Serviços S.A.	3.207.489	744.049	100	100	3.207.489	2.617.471	744.049	456.073
Ecoporto Santos S.A.	372.858	(32.042)	100	100	372.858	404.900	(32.042)	90.750
ELG-01 Participações Ltda. (a)	-	(531)	-	100	-	21.106	(531)	(45.271)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.611	16.212	100	100	12.611	(3.601)	16.212	(19.849)
EL-01 Participações S.A.	402	30	100	100	402	380	30	27
Concessionária do Rodaanel Norte S.A. - Ecorodoanel (c)	-	-	-	100	-	-	-	244
EL04 S.A.	-	-	-	100	-	-	-	-
EL06 S.A.	9	(2)	-	-	9	1	(2)	-
Ecopólio Logística Cubatão Ltda.	51.386	22.352	100	100	51.386	45.034	22.352	(4.742)
Lucros não realizados - Eco101	(735)	52	-	-	(735)	(787)	52	52
	<u>3.084.504</u>	<u>(176.720)</u>	<u>(16.000)</u>	<u>2.116</u>	<u>3.644.020</u>	<u>3.084.504</u>	<u>750.120</u>	<u>477.284</u>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	31/12/2023	Dividendos propostos	Redução de capital	Aporte de capital	Aporte Capital em Investimentos	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Ecovias Concessões e Serviços S.A. (a) e (b)	2.617.471	(176.712)	-	1.956	20.725	744.049	3.207.489
Ecoporto Santos S.A.	404.900	-	-	-	(32.042)	372.858	372.858
ELG-01 Participações Ltda. (a)	21.106	-	-	150	(20.725)	(531)	21.106
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	(3.601)	-	-	-	-	16.212	12.611
EL-01 Participações S.A.	380	(8)	-	-	-	30	402
EL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EL06 S.A.	-	-	-	10	-	(2)	9
Ecopólio Logística Cubatão Ltda.	45.034	-	(16.000)	-	-	22.352	51.386
Lucros não realizados - Eco101	(787)	-	-	-	-	52	(735)
	<u>3.084.504</u>	<u>(176.720)</u>	<u>(16.000)</u>	<u>2.116</u>	<u>-</u>	<u>750.120</u>	<u>3.644.020</u>

(a) Em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou aporte de capital na controlada direta Ecovias Concessões e Serviços S.A., mediante a conferência de bens, nos termos do Art. 8º da Lei 6.404/76, consistente no acervo líquido da ELG 01 Participações Ltda., no montante de R\$20.725, conforme laudo de avaliação emitido pela APSS Consultoria e Avaliações Ltda. Em 22 de novembro de 2023, a controlada direta realizou a incorporação reversa da ELG 01 Participações Ltda, em sua controlada indireta Anish Empreendimentos e Participações Ltda, passando esta a ser controlada indiretamente pela Companhia. (b) Em 15 de dezembro de 2023, a Companhia, realizou aporte de capital na controlada direta Ecovias Concessões e Serviços S.A., mediante a conferência de bens, com a consequente cessão e transferência definitiva de 90% da propriedade do imóvel de matrícula 45.951 do 2º Registro de Imóveis de Pelotas - RS, do cartório de registro de imóveis da 2ª zona de Pelotas - RS, pelo valor residual de R\$1.956.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	31/12/2023	Dividendos e juros sobre capital próprio	Redução de capital	Aporte de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Ecovias Concessões e Serviços S.A.	2.573.583	(412.185)	-	-	-	456.073	2.617.471
Ecoporto Santos S.A.	309.150	-	-	5.000	-	90.750	404.900
ELG-01 Participações Ltda.	63.912	-	-	2.465	-	(45.271)	21.106
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.248	-	-	-	-	(19.849)	(3.601)
EL-01 Participações S.A.	366	(13)	-	-	-	27	380
Concessionária do Rodaanel Norte S.A. - Ecorodoanel (c)	16.200	-	-	350	(16.794)	-	244
EL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EL05 S.A. (c)	-	-	-	1	(1)	-	-
EL06 S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Ecopólio Logística Cubatão Ltda.	63.276	-	-	-	(13.500)	(4.742)	45.034
Lucros não realizados - Eco101	(839)	-	-	-	-	52	(787)
	<u>3.041.896</u>	<u>(412.198)</u>	<u>7.817</u>	<u>(16.795)</u>	<u>(13.500)</u>	<u>477.284</u>	<u>3.084.504</u>

(c) Em 25 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social das empresas (i) Concessionária do Rodaanel Norte S.A. ("Ecorodoanel"); e (ii) EL05 S.A., por sua controlada direta Ecovias Concessões e Serviços S.A., pelos seus valores contábeis na data-base de 30 de abril de 2022, conforme laudo de avaliação emitido pela APSS Consultoria e Avaliações Ltda, sendo R\$16.794 e R\$1, respectivamente.

b) c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2022	Amortização	31/12/2023
Ágio - Ecosul	1.669	(514)	1.155
	1.669	(514)	1.155
	31/12/2021	Amortização	31/12/2022
Ágio - Ecosul	2.183	(514)	1.669
Mais Valia - Anish	37.744	-	(37.744)
	<u>39.927</u>	<u>(514)</u>	<u>1.669</u>

d) Dividendos a receber:

	31/12/2022	Propostos	Recebidos	31/12/2023
Ecovias Concessões e Serviços S.A.	273.541	176.712	(273.541)	176.712
EL-01 Participações S.A.	15	8	-	23
	<u>273.556</u>	<u>176.720</u>	<u>(273.541)</u>	<u>176.735</u>

e) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2023:

Controladas diretas	ATIVO		ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO		PASSIVO NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Líquido	Líquido
EL01 Participações	427	427	-	-	427	25	-	-	402	402
Ecovias Concessões	8.214.563	1.944.353	6.270.210	8.214.563	1.472.016	3.535.058	3.207.489	3.207.489	3.207.489	3.207.489
Ecoporto Santos	591.403	166.444	424.959	591.403	71.857	146.688	372.858	372.858	372.858	372.858
Termares	52.650	38.837	13.813	52.650	35.855	4.184	12.611	12.611	12.611	12.611
EL04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EL06	9	9	-	9	-	-	9	9	9	9
Ecopólio	59.137	23.983	35.154	59.137	4.602	3.149	51.386	51.386	51.386	51.386
Controladas indiretas										
CECM	12.687	12.179	508	12.687	2.143	6.538	4.006	4.006	4.006	4.006
Ecosul	624.259	147.951	476.308	624.259	299.948	215.802	108.509	108.509	108.509	108.509
Ecovias	3.137.216	242.980	2.894.236	3.137.216	1.612.932	1.105.047	419.237	419.237	419.237	419.237
RDC	16.300	15.626	674	16.300	11.426	4.457	417	417	417	417
Ecopistas	1.740.696	144.317	1.596.379	1.740.696	89.942	1.223.309	427.445	427.445	427.445	427.445
Eco101	1.776.053	73.030	1.703.023	1.776.053	196.280	501.399	1.078.374	1.078.374	1.078.374	1.078.374
Ecoponte	713.677	56.283	657.394	713.677	50.042	502.902	160.733	160.733	160.733	160.733
Eco050	2.105.216	99.796	2.005.420	2.105.216	149.580	1.029.771	925.865	925.865	925.865	925.865
Ecoriomias	1.492.019	187.819	1.304.200	1.492.019	197.868	456.089	838.062	838.062	838.062	838.062
Eco135	2.598.920	214.142	2.374.778	2.598.920	293.432	2.021.255	274.233	274.233	274.233	274.233
Eco do Cerrado	1.386.697	339.190	1.047.507	1.386.697	56.665	700.200	629.832	629.832	629.832	629.832
EcoNordeste	2.510.790	1.026.287	1.484.503	2.510.790	148.281	2.202.029	160.480	160.480	160.480	160.480
Ecovias do Araguaia	4.670.207	463.558	4.206.649	4.670.207	206.135	2.439.170	2.024.902	2.024.902	2.024.902	2.024.902
Holder do Araguaia	2.322.847	34.657								



ecorodovias

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

www.ecorodovias.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Software de terceiros	Outros Intangíveis	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,9	-	-	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
Adições	126	-	-	126
Baixas	(73)	-	-	(73)
Saldos em 31/12/2022	1.321	-	2.288	3.609
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
Adições	(49)	-	(745)	(794)
Saldos em 31/12/2022	(1.160)	-	(2.057)	(3.217)
RESIDUAL				
Em 31/12/2022	161	-	231	392
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível em andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	7,7	-	4,1	(d)	-

	CUSTO	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível em andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483
Adições	2.244.012	-	34.295	2.882.919	-	104.010	5.265.236
Baixas	(273)	-	(49)	(2.964)	-	(6.575)	(9.861)
Impairment (e)	(161.147)	-	-	-	-	-	(161.147)
Transferências	1.082.960	-	1.604	(1.084.357)	(381)	-	(174)
Saldos em 31/12/2023	18.825.544	8.561	251.234	4.644.189	1.598	366.411	24.097.537
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)
Adições	(555.543)	(514)	(19.981)	-	(66)	(77.218)	(651.322)
Baixas	-	-	-	-	-	1.013	1.013
Transferências	1.129	-	(7)	-	-	-	(1.122)
Saldos em 31/12/2023	(5.732.893)	(7.270)	(185.529)	-	(1.204)	(190.935)	(6.117.831)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	13.092.651	1.291	65.705	4.644.189	394	175.476	17.979.706
Em 31/12/2022	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível em andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	6,7	-	3,8	(d)	-

	CUSTO	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível em andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
Adições	614.238	-	31.042	2.367.632	381	181.761	3.195.054
Baixas	(626.864)	-	(7.929)	(2.283)	(1.280)	-	(638.356)
Transferências	1.173.821	-	262	(1.175.444)	-	-	(1.361)
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
Adições	(408.979)	(514)	(13.287)	-	(67)	(52.507)	(475.354)
Baixas	2	-	6.877	-	-	-	6.879
Transferências	79	-	215	-	-	-	294
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2023, as principais adições nesta rubrica referem-se a: ônus da Concessão da controlada Econoroste no montante de R\$1.284.988, consultorias e implantações de início da Concessão (Econoroste), pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 3,10% a.a. (2,81% a.a. em 31 de dezembro de 2022). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se às duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos. (d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$280.585 referentes a encargos financeiros (R\$252.577 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária. (e) **Impairment:** A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) **premissas de projeção:** as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) **Método de projeções:** BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) **Taxa de desconto:** metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 10,21% a.a. (13,32% a.a. 25,68% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de cada concessionária); e (b) WACC para Ecoporte Santos e Ecopató: 10,62% a.a. (22,27% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$161.147 relativo à rubrica Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. (a) Tributos diferidos: A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado			Resultado	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	31/12/2023
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.178	-	(362)	816	(362)
Ecopató	2.024	-	(289)	1.735	(289)
Argovias	14.045	-	-	14.045	-
Provisão para perdas civis, trabalhistas e tributárias	15.177	6.182	(1.335)	20.024	4.847
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	314.875	27.050	(14.780)	327.145	12.270
Provisão para manutenção	81.095	32.370	(33.210)	80.255	(840)
AVP ônus concessão	30.017	26.924	(27.080)	29.861	(156)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	483	58	(184)	357	(126)
Efeitos Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(31.752)	-	3.316	(28.436)	3.316
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(87.196)	(58.017)	(1.345)	(146.558)	(59.362)
Direito reequilíbrio	(24.140)	(15.801)	-	(39.941)	(15.801)
Outros	1.336	944	(377)	1.902	567
IR e CS diferido - ativo/passivo	315.610	19.710	(75.646)	259.674	-
Receta (despesa) de IR e CS diferido	-	-	-	-	(55.936)

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco050, Eco135 e EcoRioMinas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. não efetuou o registro de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não em data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$364.996 no ativo não circulante e R\$105.322 no passivo não circulante e R\$39.613 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R\$55.936 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	-	41.675
2024	-	4.507	86.502
2025	-	(5.324)	8.662
2026	-	78.399	24.640
2027	-	13.897	26.429
2028	-	27.602	14.328
A partir de 2029 (b)	-	140.593	113.374
	-	259.674	315.610

(b) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de término), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) e juros capitalizados e serão amortizados em prazos razoáveis antes do término de cada concessão.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	569.564	253.037	1.280.731	510.291
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(193.652)	(86.033)	(435.449)	(173.499)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(5.132)	(5.854)
Gratificações/PPR diretores	(1.291)	(222)	(3.170)	(1.998)
Equivalência patrimonial	255.041	162.277	-	-
Despesas indedutíveis	(6)	(153)	(241)	(502)
Amortização de ágio	(175)	(175)	14.528	34.937
Impairment	-	(12.833)	(54.790)	(12.833)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	3.309	2.261
Créditos tributários não constituídos (a)	(57.460)	(63.918)	(229.331)	(167.216)
Baixa créditos tributários anos anteriores	-	-	14.711	-
Operações descontinuadas	-	2.496	-	2.496
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(674)	(1.568)	(22.127)	(2.856)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	25.228	46.013
Outros	(1.783)	129	8.365	10.161
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(684.099)	(268.890)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(628.163)	(331.556)
Impostos diferidos (b)	-	-	(55.936)	62.666
Taxa efetiva	-	-	53,4%	52,7%

(a) São compostos pelas controladas ECS, Ecoporte Santos, Termares, CECEM, RDC, Holding do Araguaia e Eco101. (b) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços não constituiu ativos fiscais diferidos em virtude do prazo de realização do mesmo ultrapassar período razoável.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	45.385	18.076
Despesa IR/CS DRE	-	628.163	331.556
Total de IR/CS pagos	-	(515.529)	(304.247)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	158.019	45.385

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	-	9.637
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	-	10.834
Finem (b)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	115.646	131.702
Finem (b)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	179.202	196.247
Finem (c)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	51.735	54.880
Finem (c)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	111.969	118.423
Finem (c)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	62.155	64.831
BNDES (d)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	341.780	349.807
BDMG (e)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	100.938	103.294
FINISA - CEF (f)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	298.111	305.684
FDCO - CEF (g)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	136.249	147.110
BNDES (h)	Eco135	06/2043	IPCA TLP + 3,49% a.a.	578.568	487.643
Finame (i)	Eco135	07/2026	IPCA TLP + 3,40% a.a.	3.189	3.165
Finame (i)	Eco135	09/2026	IPCA TLP + 3,40% a.a.	90	88
Finame (i)	Eco135	07/2026	IPCA TLP + 3,40% a.a.	5.449	5.408
Finame (i)	Eco135	12/2026	IPCA TLP + 4,08% a.a.	6.519	6.528
Finem (j)	Ecovias do Araguaia	09/2051	IPCA + TLP + 2,58% a.a.	267.677	-
Finem (j)	Ecovias do Araguaia	07/2046	IPCA + 2,50830% a.a.	203.321	-
Circulante	-	-	-	126.103	106.979
Não circulante	-	-	-	2.336.495	1.888.302

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	117.478
2025	127.403	123.443



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

i. Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	681.000	(23.462)	10,58%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografia	Não
b)	950.000	(3.879)	14,23%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
c)	900.000	(7.287)	14,42%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
d)	370.000	(1.851)	12,65%	Semestral	Anual a partir de 2023	Quirografia	Não
e)	140.000	(1.280)	14,46%	Anual	No vencimento	Quirografia	Não
f)	92.500	(3.255)	14,87%	Anual	Anual	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Corporativa	Não
g)	472.000	(21.961)	12,33%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios	Não
h)	708.000	(32.941)	13,05%	Semestral	Semestral a partir de 2030	Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios	Não
i)	230.000	(15.246)	10,05%	Anual	Anual a partir de 2022	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Corporativa	Não
j)	90.000	(13.904)	14,63%	Semestral	Semestral	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Corporativa	Não
k)	400.000	(5.123)	13,96%	No vencimento	No vencimento	Quirografia e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
l)	520.000	(6.428)	12,03%	Semestral	Semestral a partir de 2025	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Corporativa	Não
m)	180.000	(310)	14,84%	No vencimento	No vencimento	Quirografia e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
n)	640.000	(18.839)	11,25%	No vencimento	No vencimento	Quirografia e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
o)	593.150	(8.525)	11,36%	Semestral	Semestral a partir de 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Bancária	Não
p)	1.400.000	(16.178)	14,84%	Semestral	No vencimento	Quirografia e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
q)	800.000	(4.334)	13,12%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
r)	30.000	(87)	11,64%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografia	Não
s)	350.000	(1.972)	13,21%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografia	Não
t)	833.675	(3.937)	8,95%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
u)	66.325	(296)	11,34%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografia	Não
v)	1.000.000	(13.123)	11,50%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
w)	1.050.000	(4.722)	8,12%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
x)	650.000	(5.631)	14,80%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
y)	220.000	(3.041)	13,70%	Semestral	Anual a partir de 2027	Quirografia	Não
z)	600.000	(8.293)	14,24%	Semestral	Anual a partir de 2028	Quirografia	Não
aa)	180.000	(2.488)	11,82%	Semestral	Anual a partir de 2031	Quirografia	Não
ab)	950.000	(3.983)	14,83%	Semestral	Anual a partir de 2024	Quirografia	Não
ac)	1.400.000	(55.373)	11,98%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Alienação Fiduciária das Ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora			
	Parcela	Custo	Parcela	Total
2024	285.000	(505)	284.495	380.000
2025	190.000	(199)	189.801	285.000
2026	95.000	(33)	94.967	190.000
2027	570.000	(737)	569.263	95.000
				(1.745)
				948.255

	Consolidado			
	Parcela	Custo	Parcela	Total
2024	4.365.198	(34.108)	4.331.090	3.118.236
2025	1.111.086	(23.308)	1.087.778	(11.582)
2026	2.182.281	(19.709)	2.162.572	650.712
2027	561.119	(13.751)	547.368	(8.285)
Posterior a 2028	3.927.524	(64.849)	3.862.675	337.685
	12.147.208	(155.725)	11.991.483	7.483.082
				(79.144)
				7.403.938

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	991.387	-	9.945.731	7.076.353
Adições (a)	-	945.829	7.488.308	3.695.026
Encargos financeiros (Nota 27)	141.529	112.827	1.613.983	1.116.950
Pagamento principal (b)	-	-	(1.594.644)	(1.399.971)
Pagamento de juros	(144.638)	(67.269)	(1.499.306)	(992.627)
Saldo no fim do exercício	988.278	991.387	15.504.072	9.495.731
Circulante	419.015	43.132	3.512.589	2.091.793
Não circulante	569.263	948.255	11.991.483	7.403.938

(b) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se a: (i) Ecovias dos Imigrantes: 5ª emissão; (ii) EcoNordeste: 1ª e 2ª emissões; (iii) Ecopistas: 3ª emissão; (iv) Ecorodovias Concessões e Serviços: 12ª e 13ª emissões; (v) Ecosul: 5ª emissão; (vi) Ecovias do Cerrado: 2ª emissão; (vii) EcoRio135: 2ª emissão; e (viii) EcoRioMinas: 2ª emissão. (c) A principal baixa no exercício, refere-se ao resgate antecipado facultativo da debênture da 10ª Emissão da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor principal de R\$1.000.000, que ocorreu em 28 de junho de 2023. Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido		Atingido	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ecosul	4ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	0,66	≤ 4,00x	0,66
	5ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	0,66	≤ 4,00x	0,66
Ecovias	2ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,96	< 3,5x	1,96
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,76	> 2,0x	5,76
	4a	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,95	≤ 3,5x	1,95
	5a	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,95	≤ 3,5x	1,95
Ecorodovias Concessões	4ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31	≤ 4,75x	3,31
	6ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31	≤ 4,75x	3,31
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	2,78	≥ 1,50x	2,78
	7ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,50x	3,55	≤ 4,50x	3,55
	8ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48	≤ 4,75x	3,48
	10ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31	≤ 4,75x	3,31
	11ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31	≤ 4,75x	3,31
	12ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48	≤ 4,75x	3,48
Ecoponte	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da divida PL Ajustado/Passivo Total	≥ 1,30x	1,93	≥ 20%	23,87%
			≥ 20%	23,87%	≥ 20%	23,87%
Eco050	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da divida Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 1,20x	2,07	≥ 20%	44,66%
EcoRioMinas	2ª	Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48	≤ 4,75x	3,48
Eco135	2ª	Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 20%	40,47%	≥ 1,30x	1,9
		ICSD - Índice de cobertura serviço da divida Divida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48	≤ 4,75x	3,48
Ecovias do Cerrado	2ª	Divida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,75x	3,48	≤ 4,75x	3,48
			≤ 4,75x	3,31	≤ 4,75x	3,31
EcoNordeste	1ª	Divida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,75x	3,31	≤ 4,75x	3,31
	2ª	Divida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,75x	3,48	≤ 4,75x	3,48
Ecovias do Araguaia	1ª	Divida líquida/EBITDA ajustado (Fiadora)	≤ 5,50x	3,31	≤ 5,50x	3,31
	2ª	Divida líquida/EBITDA ajustado - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 5,50x	3,31	≤ 5,50x	3,31

A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos. Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoponte, Eco135, Holding do Araguaia, EcoNordeste, EcoRioMinas e Ecovias do Cerrado, possuem cláusulas restritivas de "cross default" que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	840	-	188.259	154.330
Circulante	681	-	70.855	51.252
Não circulante	159	-	117.404	103.078

	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	420	154.330	25.817
Adições	1.800	-	104.010	181.761
Baixas	-	-	(5.562)	-
Encargos financeiros (Nota 27)	133	7	20.762	13.270
Pagamento principal	(960)	(420)	(64.519)	(53.248)
Pagamento de juros	(133)	(7)	(20.762)	(13.270)
Saldo no fim do exercício	840	-	188.259	154.330

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa % 1 ano	13,00%	-	9,06%	-
Taxa % 2 anos	13,00%	-	8,99%	-
Taxa % 3 anos	13,00%	-	9,20%	-
Taxa % 4 anos	-	-	9,83%	-
Taxa % 5 anos	-	-	9,98%	-
Taxa % 6 anos	-	-	9,75%	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencimentos das prestações	700	-	77.982	58.211
Menos de 1 ano	113	-	66.413	43.514
Entre 1 e 2 anos	97	-	65.748	70.587
Entre 2 e 5 anos	-	-	7.048	4.527
Acima de 5 anos	910	-	217.191	176.839
Total valores não descontados	(70)	-	(28.932)	(22.509)
Total juros embutidos	840	-	188.259	154.330

18. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contrataram serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado ("arm's length basis"). Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Montantes envolvidos				Outras informações				
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual	
a)	Itinera Construções	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2023	138	34	-	-	-	Em até 45 dias	49	N/A	Credor
i)	Ecosul	Controlada indireta	-	-	-	-	-	-	-	Em até 45 dias	836	N/A	Credor
k)	Ecorodovias Concessões	Controlada direta	-	-	-	-	6	-	-	Em até 45 dias	-	N/A	Devedor
							6	-	-		885		
							416	-	-		948		

Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Montantes envolvidos						Outras informações					
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Despesa	Intan-gível	Garantias	Posição contratual	
a)	Itinera	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2023	169	56	-	-	-	45 dias	49	-	-	-	N/A	Credor
b)	Itinera	Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	60	15	5	-	-	45 dias	60	-	-	-	N/A	Credor
c)	Consórcio NN Engenharia	Outras partes relacionadas	01/06/2022	30/04/2024	8.232	1.369	-	-	-	45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
d)	CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenh.Ltda. e TB	Outras partes relacionadas	15/12/2020													



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO
i) Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Fixas - Eco135 (a)	992.801	963.727
Variável - Ecovias (b)	2.309	2.003
Variável - Ecopistas (b)	862	669
Variável - Ecocul (c)	1.686	1.145
Variável - EcoNoroeste (d)	1.698	-
Taxa de fiscalização - Ecovias do Cerrado (e)	385	359
Taxa de fiscalização - Ecoponte (e)	370	355
Taxa de fiscalização - Eco101 (e)	711	679
Taxa de fiscalização - Eco050 (e)	575	543
Taxa de fiscalização - EcoRioMinas (e)	1.698	1.633
Taxa de fiscalização - Ecovias do Araguaia (e)	1.040	994
Outras CECM - Verba Polícia Rodoviária (f)	1	324
Outras RDC - PRE/PRF (f)	41	51
Outras - Ecovias do Araguaia (g)	1.301.050	1.123.688
Outras - EcoRioMinas (h)	7.999	1.878
Outras - EcoNoroeste (i)	4.716	-
	<u>2.317.942</u>	<u>2.098.048</u>
Circulante	131.600	118.448
Não circulante	2.186.342	1.979.600

a) Conforme contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato de concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 - Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2022, a controlada assinou o 1º termo aditivo ao contrato de concessão, com a inclusão de novas obras e a redução no valor da outorga. Concomitantemente, a controlada realizou a revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 8,37% resultando numa redução do passivo. b) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação e receitas acessórias. c) A parcela variável da controlada indireta Ecocul é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio. d) A parcela variável da controlada indireta EcoNoroeste é calculada mensalmente a título de Ônus Variável (3%) com base na receita de arrecadação e retida automaticamente da conta centralizadora do Contrato de Concessão. e) As controladas indiretas da Companhia: Ecovias do Cerrado, Ecoponte, Eco101, Eco050, EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia deverão recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da Concessão. A verba anual de fiscalização, definida nos Contratos de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. f) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia, e a finalização do pagamento está condicionada a necessidade da Polícia Rodoviária. Aguarda-se a indicação da referida instituição para a finalização dos pagamentos. g) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo, que no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrio econômico-financeiro, do acionamento do Desconto do Usuário Freqüente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas a retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. h) Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da controlada EcoRioMinas, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do Free Flow para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Freqüente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do Free Flow, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do Free Flow, auferida por meio efetivo de pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitan, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação. i) Conforme cláusula 34 e apêndice D do Contrato de Concessão da controlada, 8,5% da Receita Tarifária decorrente da Conta Bancária Centralizadora deve ser transferido à título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% do valor será transferido à "Conta DUF", o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% do valor deverá ser transferido a "Conta Inadimplência", o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Freqüente - DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema Free Flow. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e a sustentabilidade da concessão.

Adicionalmente as controladas Ecoporto Santos e Termare, realizam pagamentos mensais conforme demanda para a Autoridade Portuária de Santos, à título de liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. Adicionalmente, a controlada indireta Eco135, deverá recolher à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (SEINFRA), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da SEINFRA até o último dia útil do mês de competência. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$245 (R\$232 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.098.048	2.604.716
Custo (Nota 26)	145.865	103.181
Baixa Principal	-	(253.718)
Revisão taxa AVP	-	(366.262)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	132.441	154.275
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	119.019	37.644
Retenção conta ajuste (EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia)	83.966	16.484
Reembolso DUF (EcoRioMinas)	(19.502)	(1.179)
Retenção sobre a tarifa (EcoNoroeste)	4.716	-
Pagamento do principal	(246.611)	(197.093)
Saldo no fim do exercício	<u>2.317.942</u>	<u>2.098.048</u>

ii) Principais características dos Contratos de Concessão
Abaixo estão apresentados os principais Contratos de Concessão do Grupo, por entidade:

Concessão	Assinatura Contrato	Prazo final	Extensão (Km)	Estado	Tipo de Concessão	Poder Concedente	Índice Reajuste	Data de reajuste (anualmente em)
Ecovias dos Imigrantes (a)	27/05/1998	11/02/2034	176,80	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecopistas (b)	17/06/2009	18/06/2039	143,50	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecocul (c)	15/07/1998	03/03/2026	457,30	RS	Federal	ANTT	(i)	01 de janeiro
Eco101 (d)	17/04/2013	09/05/2038	478,70	ES/BA	Federal	ANTT	IPC-A	18 de maio
Ecoponte (e)	18/05/2015	31/05/2045	25,60	RJ	Federal	ANTT	IPC-A	01 de junho
Eco135 (f)	19/06/2018	18/06/2048	363,95	MG	Estadual	SEINFRA-MG	IPC-A	01 de abril
Eco050 (g)	05/12/2013	07/01/2044	436,60	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	12 de abril
Ecovias do Cerrado (h)	19/12/2019	19/01/2050	437,00	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	14 de novembro
Ecovias do Araguaia (i)	29/09/2021	08/10/2056	850,70	TO/GO	Federal	ANTT	IPC-A	03 de outubro
EcoRioMinas (j)	19/08/2022	21/09/2052	726,9	RJ/MG	Federal	ANTT	IPC-A	01 de março
EcoNoroeste (k)	12/04/2023	30/04/2053	600,00	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de maio
Ecoporto Santos (l)	12/06/1998	12/06/2023	-	SP	Porto	Autoridade Portuária de Santos	N/A	N/A
Ecopólo Cubatão (m)	21/12/1999	21/12/2029	-	SP	Área	Pref. Cubatão	N/A	N/A
			4.700,15					

(i) Cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplenagem (coluna 38 FGV); 10%; (iv) Índice de Pavimentação (coluna 37 FGV); 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (coluna 39e FGV); 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (coluna 36 FGV); 20%; e (vii) Índice de Consultoria (coluna 39 FGV); 30%.

Os contratos foram contabilizados como ativo intangível, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 Ativos Intangíveis. a) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, após a execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-160 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênio Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme as cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 38 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. b) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, após a execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cubicma, Guarulhos; (iii) SPI-179/060 - Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 - Interligação Itaquequetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquequetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquequetuba; (v) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. c) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecocul: Explora pelo regime de concessão o denominado Polo Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, contendo as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Bos Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inertentes, acessórios e complementares à concessão de serviços públicos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 13.3 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. f) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 - iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 - iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 - Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,0km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 43 do Contrato de

Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) falência ou extinção da Companhia; e (f) anulação. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. g) Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-040, desde o entroncamento com a BR-040, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligados diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas por instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII". A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. j) EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/30 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(AV/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe, ou (ii) por até 2 (dois) anos, nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição do contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assumira o objeto do contrato. O prazo do contrato poderá ser estendido, justificadamente, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. k) Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A.: Exploração do sistema rodoviário denominado Lote Noroeste, mediante a ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com extensão aproximada de 600 km, e constituído por: (i) lote recebido em 01 de maio de 2023: (i) SPA 276/310 - a partir do entroncamento com a rodovia SP 310 até o ponto de coordenada 21°47'16.74" S/48°12'46.83" W; (ii) SPA 119/333 - a partir do entroncamento com a rodovia SP 333 até o ponto de coordenada 21°16'17.60" S/48°18'5.55" W; e (iii) SPA 147/333 - a partir do entroncamento com a rodovia SP 333 até o ponto de coordenada 21°25'44.22" S/48°30'49.62" W; (iv) lote recebido em 01 de maio de 2023: (i) SP 310 do km 227+800 ao km 454+300; (ii) SP 333 do km 83+020 ao km 212+450; e (iii) SP 326 do km 293+000 ao km 379+266; e (c) lote previsto para ser recebido em 04 de março de 2025: (i) SP 323 do km 0+000 ao km 44+100; (ii) SP 326 do km 379+266 ao km 426+300; e (iii) SP 351 do km 151+000 ao km 218+020 (o trecho do km 151+000 ao km 156+090 coincide com o trecho da SP 322 do km 390+500 ao km 395+590). A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. Contas vinculadas à Concessão: conforme cláusula 34 do Contrato de Concessão, as seguintes contas são vinculadas à concessão: (i) conta bancária centralizadora: de titularidade da Concessionária, na qual será depositada a integralidade da receita tarifária auferida pela Concessionária, para fins dos descontos devidos de outorga variável e ônus de fiscalização; (ii) conta de ajuste da Concessão: de titularidade do Poder Concedente, à qual serão destinados os recursos decorrentes da aplicação do índice de qualidade e desempenho, apurados nos termos do anexo 3, destinada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; (iii) Conta DUF: de titularidade do Poder Concedente, à qual será destinado 20% (vinte por cento) do valor da outorga variável, destinado à compensação DUF; (iv) conta inadimplência: de titularidade do Poder Concedente, à qual será destinado 80% (oitante por cento) do valor da outorga variável, destinada à compensação da inadimplência, caso a conta multa não seja suficiente, sendo expressamente vedada a utilização dos valores para eventual compensação da evasão pelos usuários das tarifas de pedágio nas praças de pedágio, cujo risco é assumido pela Concessionária na forma da cláusula 19.1, inciso (vi); (v) conta multa: de titularidade do DER/SP, à qual serão destinados os recursos arrecadados pela aplicação de multas de trânsito pelo DER/SP decorrentes de evasão dos usuários ao pagamento da tarifa de pedágio, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, exclusivamente destinada à compensação da inadimplência, sendo expressamente vedada sua utilização para eventual compensação da evasão pelos usuários das tarifas de pedágio nas praças de pedágio; e (vi) conta outorga: de titularidade do Poder Concedente, à qual será destinada a totalidade dos recursos decorrentes da outorga fixa, incluindo o eventual agio da proposta de preço apresentada pela adjudicatária, paga como condição de assinatura do contrato, exclusivamente destinada a garantir eventual devolução de recursos à Concessionária, em caso de extinção antecipada do contrato, nos termos da cláusula 6.4, inciso (i). Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados na conta DUF e na conta inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e a sustentabilidade da concessão, nos termos do apêndice D. Casos de extinção: Conforme cláusula 40 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação decorrente de vício ou irregularidade no passivo de convalidação constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; (f) falência ou extinção da Companhia, ou recuperação judicial, neste último caso, que prejudique a execução do contrato; (g) caso furtivo e força maior tratadas res capeitulo; e (h) configuração de qualquer das hipóteses de extinção antecipada elencadas na cláusula 6.4 sendo (i) atraso que exceda em 180 (cento e oitenta dias) o prazo estabelecido, nos termos da cláusula 6.4 (vígésimo quarto) do Termo de Referência Inicial, ou verificação de inviabilidade de assinatura do Termo de Referência Inicial; (ii) verificação, no 2º (segundo) parágrafo) após o termo de assinatura do Termo de Referência Inicial, da inviabilidade da contratação dos financiamentos de longo prazo pela Companhia, nos casos em que seja(m) necessário(s) para a viabilidade da Concessão; e (iii) materialização de eventos de caso furtivo ou força maior, quando tais eventos não forem seguráveis, conforme regimento estabelecido no contrato, e cujas consequências irreparáveis se estendam por mais de 90 (noventa) dias, ou por período definido de comum acordo entre as partes, quando da verificação de que os efeitos possam comprometer de forma irreversível a exploração da concessão, no termos da cláusula quadragésima oitava (considera-se caso furtivo ou força maior, com as consequências estabelecidas no contrato, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da concessão). Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. l) Ecoporto Santos S.A.: O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Dorcas do Estado de São Paulo ("CODESP") e Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tinha vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014. Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e o reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos. Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Para mais informações verize Nota 2.2.c. m) Ecopólo Logística Cubatão Ltda.: Direito real de uso sobre parte da gleba de terra com 442.679,36 m², descrita e confrontada pelo Decreto Municipal nº 7.714, de 07 de julho de 1999, que regulamentou a Lei Complementar nº 001, de 26 de março de 1999, onde funciona um terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. (ii) Outros compromissos relativos a concessões: As concessões estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	31/12/2023 (até o fim do prazo de concessão)
	Natureza dos custos
	Melhorias na infraestrutura
	Conservação especial (manutenção)
	Equipamentos
	Total
Ecocul	5.522
Ecovias	508.203
Ecopistas	40.206
Eco101	1.134.692
Ecoponte	176.023
Eco050	335.129
EcoRioMinas	7.946.787
Eco135	407.424



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	5.426.735	3.458.392
Receitas portuárias	502.377	622.855
Receitas logísticas	60.878	33.394
Receitas acessórias	130.655	111.062
	<u>6.120.645</u>	<u>4.225.703</u>
Deduções		
Cofins (i)	(233.217)	(176.842)
PIS (ii)	(50.559)	(38.554)
ISS (iii)	(305.977)	(214.506)
Outros - ICMS	(1)	-
Dedução do reconhecimento da receita	(133.491)	(221.265)
Abatimentos	(2.751)	(2.178)
	<u>(725.996)</u>	<u>(653.345)</u>

i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%. ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%. iii. Alíquota de média de 5,0%.
 (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. Conforme Nota 22.b), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), a controladora Ecosul, efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante de R\$51.436. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos. São receitas auferidas pelas controladoras diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares. (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (e) Refere-se às receitas auferidas pelo Ecopápio Logística Cubatão Ltda. As operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia. (f) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladoras diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	29.728	19.482	591.299	500.505
Conservação e manutenção	140	400	226.352	158.258
Serviços de terceiros (a)	6.141	7.094	342.290	303.008
Seguros	1.541	1.431	30.337	26.110
Poder Concedente (Nota 21)	-	-	145.865	103.181
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	102.007	113.312
Custo de construção de obras	-	-	3.450.530	2.488.971
Depreciações e amortizações (Nota 12 e 13)	1.982	1.446	798.114	581.212
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	542	661	25.601	17.537
Outros custos e despesas operacionais	1.846	1.844	185.885	153.518
	<u>41.920</u>	<u>32.358</u>	<u>5.898.280</u>	<u>4.445.612</u>
Custo dos serviços prestados	-	-	5.590.491	4.134.658
Despesas gerais e administrativas	41.920	32.358	307.789	310.954
	<u>41.920</u>	<u>32.358</u>	<u>5.898.280</u>	<u>4.445.612</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.126	5.067	319.734	238.672
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	2	3	9.551	13.563
Atualização monetária venda Elog	3.705	2.318	3.705	2.318
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	38.887	81.281
Outras	345	601	10.519	11.228
	<u>5.178</u>	<u>7.989</u>	<u>382.396</u>	<u>347.062</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(140.145)	(111.725)	(1.360.642)	(886.972)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	(44.443)	(159.086)	(191.643)
Varição monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	(215.821)	(207.629)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(1.384)	(1.102)	(37.520)	(22.349)
Varição monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	(132.441)	(154.275)
Varição monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	(1.041)	-	(14.866)	-
Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	(32.919)	(29.113)
Varição cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos (Nota 15)	-	-	(39.719)	(30.809)
Juros capitalizados	-	-	280.585	252.577
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(319)	(459)	(27.981)	(12.058)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	(2)	(3)	(49.876)	(47.596)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	(15.676)	-
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2) (Nota 17)	(133)	(7)	(20.762)	(13.270)
Outras	(1.161)	(4.827)	(57.584)	(36.017)
	<u>(144.185)</u>	<u>(162.566)</u>	<u>(1.884.308)</u>	<u>(1.379.154)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(139.007)</u>	<u>(154.577)</u>	<u>(1.501.912)</u>	<u>(1.032.092)</u>

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro básico e diluído - resultado do exercício	0,82	0,35
Lucro básico e diluído - resultado de operações continuadas	0,82	0,36

a) Lucro por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	569.564	245.695
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	569.564	253.037
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação - R\$	0,82	0,35
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,82	0,36

b) **Lucro diluído:** A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital: O Grupo Ecorodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	989.118	991.387	20.472.871	13.743.390
Disponibilidade (b)	(44.153)	(5.751)	(5.076.272)	(2.690.009)
Dívida líquida	944.965	985.636	15.396.099	11.053.381
Patrimônio líquido (c)	2.737.986	2.303.694	2.988.790	2.518.680
Índice de endividamento líquido	0,35	0,43	5,15	4,39

a) A Dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21. b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras - conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9.a). c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,3% em 31 de dezembro de 2022), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.524.241	3.524.241		
Clientes (b)	480.695	480.695		
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	1.036.025	1.036.025		
Outros créditos - conta reserva - Ecovias do Araguaia (e)	1.313.765	1.313.765		
Passivos:				
Fornecedores (b)	457.500	457.500		
Empréstimos e financiamentos (c)	2.462.598	2.360.176		
Debêntures (c)	15.504.072	14.993.451		
Passivos de Arrendamentos (c)	188.259	217.191		
Obrigações com Poder Concedente (d)	1.004.177	2.367.957		
Obrigações com Poder Concedente (e)	1.313.765	1.313.765		

Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (f)	11.908	11.908		

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço. (b) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (c) Os empréstimos, financiamentos, passivos de arrendamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente". (e) O valor refere-se a: (a) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANIT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (b) da retenção de 4% da receita da Concessionária Ecorodovias e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais, (c) a retenção de 8,5% da receita tarifária da controlada Ecolhoros em título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% "Conta DUF", o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% "Conta Inadimplência", o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Frequenter - DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema Free Flow. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e da sustentabilidade da concessão. (f) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro;
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nivel Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nivel Micro (Gestão Individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nivel Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nivel Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação à avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) **Risco de mercado:** O risco de taxas de juros e inflação da Companhia e das suas controladas decorre de

aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia e suas controladas estão expostas às principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo Ecorodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e das suas controladas incorrerem em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$147.208 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	4.555.505	6.177.155	1.790.959	13.444.643
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	207.942	207.503	210.101	2.227.970
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.372	53.504	52.717	545.865
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.462	11.462	11.462	137.550
Banco da Amazônia - BASA	12.759	16.129	21.311	302.290
Obrigações com Poder Concedente	108.434	113.513	118.829	4.449.817
Finame	6.519	6.045	5.505	-
Passivo de arrendamento	77.982	66.413	39.366	33.430
	<u>5.034.975</u>	<u>6.651.724</u>	<u>2.250.250</u>	<u>21.141.565</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$71.598 (ativo circulante de R\$5.186.040 e passivo circulante consolidado de R\$5.257.638), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. **Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, IPCA e TJLP, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I - provável	cenário II - 25%	cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	317.434	396.792	476.151
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.292.650)	(1.463.367)	(1.632.262)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(579.846)	(593.474)	(607.082)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(66.595)	(80.511)	(94.428)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(36.977)	(37.791)	(38.606)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(99.356)	(124.789)	(149.734)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(1.757.990)</u>	<u>(1.903.140)</u>	<u>(2.045.961)</u>

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	cenário I - provável	cenário II - 25%	cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,15%	5,18%	6,22%
TJLP (c)	6,10%	7,63%	9,15%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM"). Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia tem como base: a) **Concessões:** O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os dois maiores portos do Brasil (Santos e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., CECM Concessões S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, RDC Concessões S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte, EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. e Concessionária Noroeste Paulista S.A. - Econoroeste. b) **"Holdings" e serviços:** Esse segmento apresenta as empresas EIL01 Participações S.A., EIL04 S.A., EIL05 S.A., EIL06 S.A., Argovias Participações, Anish Empreendimentos e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S



ecorodovias
**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA
 E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**
 CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948
www.ecorodovias.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Solicitação ARTESP Ecovias dos Imigrantes: Em 29 de janeiro de 2024, a controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes, recebeu ofício da Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), referente autorização do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias de Investimentos ("SPI ou "Poder Concedente"), para a elaboração de estudos e projetos necessários para a futura construção e implantação de nova estrutura para a ampliação da capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes. A ARTESP solicita que a Concessionária inicie a elaboração de estudos e projetos necessários para a futura construção e implantação de nova estrutura para a ampliação da capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes, esta ampliação visa uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista. A Concessionária será responsável pelos custos para a produção de todos os estudos preliminares necessários e elaboração do projeto funcional e executivo. Todos os custos relacionados à esta solicitação, serão reequilibrados, com base nos gastos realizados e aprovados pelo Poder Concedente, conforme subgramado existente. O prazo para conclusão dos estudos será de 24 meses, prorrogáveis por mais 12 meses. Após a conclusão, os estudos e projetos servirão de base para a SPI e ARTESP avaliarem a viabilidade de inclusão das respectivas obras no Contrato de Concessão da Ecovias dos Imigrantes, respeitando os preceitos legais. **6ª Emissão de Debêntures - Ecovias dos Imigrantes:** Em 22 de fevereiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 6ª emissão de debêntures simples da controlada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos do ativo 26, inciso V, da Resolução CVM n. 160, de 13 de julho de 2022. A emissão será composta por até 1.630.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.630.000, remuneradas a IPC-A + 6,095%. O prazo de vencimento das debêntures será de 9 anos, contados da data de emissão. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão destinados exclusivamente ao reembolso de gastos ou despesas do projeto de investimento da controlada, de exploração do conjunto de pistas de rolamento do Sistema Anchieta-Imigrantes. As debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada dos recursos aconteceu em 06 de março de 2024. **4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão - Eco101:** Em 26 de fevereiro de 2024, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela controlada Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. O Termo Aditivo prorroga em 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Termo Aditivo, que estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A prorrogação dá-se em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União ("TCU"). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Termo Aditivo será extinto e realizado um novo termo aditivo de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Termo

Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Termo Aditivo. **Contratação de partes relacionadas - Ecovias do Cerrado:** Em 26 de fevereiro de 2024, a controlada Ecovias do Cerrado assinou contrato de fornecimento e transporte de materiais asfálticos, com as partes relacionadas CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e TB Transportadora de Betumes Ltda., controladas direta e indiretamente pelo Sr. Cesar Beltrão de Almeida e pela Sra Cristiane Maria Bonetto de Almeida seu cônjuge, pertencentes ao Grupo CR Almeida que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. A vigência do contrato é de 01 de março de 2024 até 01 de junho de 2027, e o valor total do contrato é de R\$60.198. **Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade multas - TAC Multas - Ecosul:** Em 29 de fevereiro de 2024, a controlada Ecosul celebrou com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade Multas ("TAC Multas"), nos termos da Resolução ANTT nº 5.823/2018, da Portaria SUROD nº 24/2021 e da Deliberação ANTT nº 16/2024, que tem por objeto a compensação dos efeitos de penalidades pecuniárias aplicadas no âmbito de parte dos processos administrativos sancionatórios (PAS) de possíveis não conformidades, mediante conversão em obrigação de investimento não previstas originalmente no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto nas rodovias sob concessão. As novas obrigações de investimento totalizam R\$4.524 e serão realizadas em prazo de 12 a 18 meses, de acordo com cronograma constante do TAC Multas. **Contratação de partes relacionadas - EcoRio/Minas:** Em 08 de março de 2024, a controlada EcoRio/Minas assinou contrato de prestação de serviços de construção civil, tendo por objeto a execução de obras do sistema rodoviário denominado Rio-Valadares, com a parte relacionada SPE ICCR Rio Minas S.A., pertencente a: (i) Itinerar Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. A vigência do contrato é de 7 anos a contar da data de assinatura, e o valor total do contrato é de R\$5.298.821. **Aportes de capital - Eco101:** Em 19 de janeiro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária da controlada Eco101, deliberou o aumento do seu capital social, no valor de R\$20.000 (vinte milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 20.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Em 06 de fevereiro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária da controlada Eco101, deliberou o aumento do seu capital social, no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 45.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Marco Antônio Cassou (Presidente) Umberto Tosoni (Vice Presidente) Beniamino Gavio Alberto Gargioni Stefano Mario Giuseppe Viviano Stefano Mion Eros Gradowski Junior Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (Independente) Sonia Aparecida Consiglio (Independente)	Comitê de Gestão de Pessoas e Governança	Marco Antônio Cassou (Coordenador) Umberto Tosoni Alberto Gargioni
Membros Suplentes	Jorge Luiz Mazeto Luis Miguel Dias da Silva Santos Paolo Pierantoni	Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos	Ricardo Bisordi (Coordenador) Marco Antônio Cassou Umberto Tosoni
Comitê de Auditoria	Ricardo Bisordi (Coordenador) Lucia Scaglione Flávio Franco		

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Sérgio Tuffly Sayeg (Presidente) José Boeing Paulo Sérgio Aldrighi
Membros Suplentes	João Alberto Bernacchio Eduardo Georges Chehab José Dimas Gurgel
DIRETORIA	
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores: Marcelo Guidotti Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia: Roberto Borges Paiva Diretora de Finanças Corporativas: Andréa Paula Fernandes Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance: Fabio Truglio	
Contador: HUGO RAFAEL MITZ - CRC 1PR050369/O-4 T- SP	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros titulares do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 19 de abril de 2023, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros titulares. Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia. Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócio e gerentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios e resultados no período; (iii) gestão de riscos e matriz de riscos corporativos; (iv) posição geral do endividamento, captações de recursos e cronograma de vencimentos; (v) relatório de recomendações para o aprimoramento de controles internos, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; (vi) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para provisão de manutenção e testes de recuperabilidade de ativos (impairment); (vii) contabilização para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos no exercício social de 2023; (viii) atualização sobre o

Programa de Compliance; (ix) atualização sobre o Programa de Ética e Integridade e Canal de Ética; (x) Programa de Auditoria Interna; (xi) encerramento do Monitoramento Independente decorrente do Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Paraná; e (xii) principais assuntos de auditoria. Os membros titulares do Conselho Fiscal da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (a) o Relatório da Administração, e (b) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e respectivas notas explicativas. O Conselho Fiscal conheceu as Propostas da Administração relativas à distribuição de dividendos e ao orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral. Foi também examinado o Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2023, em atendimento à Resolução CVM nº. 109, de 20 de maio de 2022 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social, e também no Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 13 de março de 2024.

Sérgio Tuffly Sayeg
Presidente

José Boeing

Paulo Sergio Aldrighi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
 As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 25P000160/O-5
 Marcelo Orlando
 Contador CRC 15P217518/O-7